

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Museu Rondon*: Antropologia e indigenismo na Universidade da Selva. Cuiabá: Entrelinhas, 2009, 334 p.

Paulo Henrique MARTINEZ*

O inventário, documentação e análise dos focos de tensão social e de atuação profissional dentro e fora da Universidade Federal de Mato Grosso, captados a partir das relações entre o ensino e a pesquisa em Antropologia e as práticas indigenistas no Museu Rondon da UFMT, compõem o volume que Maria Fátima Roberto Machado elaborou no Pós-Doutorado que realizou no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

No centro deste confronto dois pólos se manifestam com estardalhaço e vivacidade, dando aos capítulos um poder de atração e envolvimento do leitor na dramática história da colonização e da expansão econômica na região amazônica, a partir da ditadura militar até os dias de hoje. A frente de expansão e ocupação territorial era empurrada pela chegada de paulistas e sulistas, apoiados em subsídios oficiais, incentivos fiscais e muita, muita ideologia do desenvolvimento e modernização de uma porção do Brasil vistas pelos seus olhos, e também pelas lentes das autoridades estatais, como áreas despovoadas, inexploradas e dominadas pela monotonia de rios caudalosos, de florestas exuberantes, população inapta e indolente. As trinta e oito etnias indígenas que habitavam o estado de Mato Grosso foram consideradas obstáculos ao progresso. Um empecilho que se dissipava com a expropriação de suas terras, a dispersão das aldeias, a transferência de populações, doenças e aberta eliminação física, pelo envenenamento, o contágio induzido, a fome e o assassinato, práticas recorrentes, vivas na memória do massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, em Aripuanã, norte do estado. Presença indígena e expansão da fronteira econômica, inevitavelmente, se encontravam em projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpos, construção de barragens e hidrelétricas.

É neste fogo cruzado que a UFMT surge no início da década de 1970. Foi proclamada a “Universidade da Selva” e deveria fazer frente aos desafios de conciliar a política de ocupação territorial e exploração econômica, sob o padrão urbano e industrial, e a resistência dos povos indígenas em cederam suas terras, identidades, línguas, filhos e saberes aos reclamos da acumulação acelerada de capital. As

* Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Assis/SP/Brasil. E-mail: martinezph@uol.com.br.

pressões internacionais não tardaram a surgir diante da matança indiscriminada destas populações e das grandes queimadas nas áreas de floresta. As ações que a universidade programou para intervir nesta realidade foram logo decepidadas pela burocracia, a falta de recursos e o desinteresse institucional em prosseguir com projetos lançados apenas com o fito de propaganda e de dar respostas rápidas à opinião pública internacional. Foi no âmbito destas iniciativas que surgiu, entre outras, a de criação do Museu Rondon, em meados de 1972.

Esta atuação é estudada no primeiro capítulo do livro, “Antropologia e indigenismo na Universidade da Selva”. A UFMT nasceu com marcas corporais das propostas que haviam nutrido a Universidade de Brasília. O compromisso e a atuação política em defesa das populações indígenas no Brasil e o trabalho dos antropólogos na produção do conhecimento necessário a esta ação indigenista tinham na obra e na pessoa de Darcy Ribeiro o marco referencial. Antes disso, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, vinculado ao Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro, e ao Serviço de Proteção aos Índios, já estudara sob inspiração de Darcy, o grupo Terena, do sul de Mato Grosso. Este testemunho de Antropologia associada ao indigenismo brasileiro permite conhecer o projeto da nova universidade no centro oeste, distinta do modelo universitário vigente no sudeste do Brasil. Uma universidade amazônica.

As principais realizações da UFMT, na década de 1970, foram a criação do Museu Rondon e a cidade laboratório Humboldt. Esta deveria criar um modelo de urbanização e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia sem destruir o ambiente, lastreada na ciência e na tecnologia disseminada pela universidade. A expansão e a colonização da região seriam feitas sob critérios racionais e de planejamento. Já o Museu Rondon atuaria como centro dinamizador da pesquisa e da ação indigenista da UFMT, dando-lhe visibilidade pública em coleções, exposições, seminários e atividades culturais. Esta expectativa institucional era açulada pelos missionários atuantes na Amazônia e também pelos irmãos Vilas Boas, empenhados em deter o morticínio das populações indígenas. Os limites institucionais não tardaram a manifestar a sua força e inércia. A universidade hospedava no ventre a negação de seus fins e propósitos e a barbárie social acarretada pela colonização prevaleceu sobre os anseios generosos da Universidade da Selva. A cidade científica foi estrangulada pela falta de recursos e apoio institucional. O Museu Rondon promoveu um seminário sobre os dez anos da chacina dos Cinta-Larga, em 1973. Foi o seu canto de cisne, suas portas foram fechadas pouco tempo depois.

O Museu fora criado, lembra a autora, para falar sobre os índios, mas o diálogo com eles, a valorização de suas reivindicações e a defesa do direito à existência despertaram a atenção dos dirigentes universitários e autoridades empresariais, governamentais e da mídia local. O encerramento das atividades do Museu Rondon denunciou o mal estar e a insatisfação que a sociedade mato-grossense nutria pela visibilidade pública da presença indígena em seu interior, logo ali, no campus universitário da capital, em Cuiabá. O incômodo provocado pelo Museu revelava também o ódio, a ignorância e o desprezo a que estavam submetidas as diversas etnias nativas naquele estado e certamente nos demais unidades da Federação localizados na Amazônia.

Nos anos vindouros, do Brasil potência, do governo dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, as populações indígenas seguiram estigmatizadas pelos discursos oficiais e o senso comum do desenvolvimento econômico como obstáculos no acesso às terras, recursos da floresta, dos solos e dos rios da Amazônia. O segundo capítulo, “O ensino de Antropologia na UFMT”, aborda como o papel das disciplinas antropológicas e a atuação profissional dos antropólogos foram sistematicamente esterilizados na UFMT. Primeiro, pela inação diante das condições de trabalho destes profissionais, gerando uma rotatividade ininterrupta nas suas contratações. Segundo, ao abdicar das populações indígenas e suas culturas como público alvo de seus projetos, como objetos de estudo e pesquisa e atribuindo-lhes a condição de interesse e destino aos antropólogos e não ao conjunto da sociedade. Uma recusa explícita dos postulados iniciais da “Universidade da Selva”. A UFMT, com o Museu Rondon fechado e a pulverização do trabalho de seus poucos antropólogos, absorvidos em cargas horárias e jornadas didáticas extenuantes, e realizava com dificuldade e vagar as tarefas da antropologia indígena e de avaliação crítica da colonização da Amazônia.

A integração dos professores de Antropologia ao departamento de História, criado em 1978, e a reabertura do Museu Rondon, em 1981, desencadearam ações pedagógicas e institucionais na reversão da invisibilidade social dos povos indígenas na história de Mato Grosso. Houve esforços na preservação de arquivos, no estudo e na divulgação de documentos do século XVIII, a organização do projeto museu-escola, com debates, exposições itinerantes de cultura material indígena, a formação de acervos de áudio e visuais, a promoção de cursos de extensão universitária.

O terceiro e último capítulo, intitulado “Museu Rondon: Antropologia e indigenismo”, trata especificamente das ações desta unidade da UFMT. São dois os

aspectos lembrados pela autora para pensar a trajetória e o futuro deste Museu. Em primeiro lugar, está o fato de que, no Brasil, a produção intelectual e a divulgação de conhecimentos eruditos e científicos em museus precedem a fundação das universidades. Isto significa que, historicamente, os museus desempenharam papel ativo na vida cultural nacional, a partir de 1818, com a criação do Museu Real, depois Nacional. Esta peculiaridade é reforçada em uma dimensão particular. Os museus respondem por parte importante da produção antropológica entre nós, o que amplia a sua posição na pesquisa, preservação e difusão do conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil. Este fato não é menos importante quando lembramos que a comunicação social é a feição mais aparente lembrada dessas instituições.

Na trajetória de nossa museologia, uma renovação técnica, patrimonial e pedagógica nos museus etnográficos ocorreu na década de 1950, sob o espírito do nacionalismo e do desenvolvimento econômico. No início do século XX o Museu Nacional associara-se ao indigenismo leigo, recebendo inúmeras coleções e peças recolhidas pela Comissão Rondon. Em 1953, houve a criação do Museu do Índio, seguida da propagação de seus métodos de trabalho, orientados pelas idéias antropológicas e museológicas ali abrigadas. Eles alcançaram o Museu Paraense Emílio Goeldi, com a atuação de Eduardo Galvão naquela instituição nos anos 1960. Galvão detivera vínculos com o, então, diretor do Museu do Índio, Darcy Ribeiro.

O Museu Rondon viu-se na contingência de enfrentar o seu maior desafio, desde sempre, promover práticas indigenistas e desenvolver o ensino e a pesquisa antropológica em ambiente universitário e em uma cidade, ambos, histórica e culturalmente hostis a estas populações. O que foi tentado com relativo êxito, a partir de 1981, como mencionado anteriormente. A atenção ao acervo do Museu foi fundamental para subsidiar estas ações. Contendo cerca de quinhentas peças, desordenadamente expostas no prédio do antigo restaurante da universidade, ali onde o museu funciona até hoje, este acervo saltou para mil e duzentos objetos, adquiridos praticamente após a sua reabertura. As coleções puderam ser organizadas e identificadas com a colaboração de técnicos indigenistas e de representantes indígenas que deram origem a uma fecunda aproximação e ao estabelecimento de parcerias da instituição com etnias que atualmente vivem em Mato Grosso.

Remanescente daquele passado e do percurso institucional da UFMT, desde a sua criação, o Museu Rondon segue as trilhas abertas para o futuro. Particularmente, a de promover uma visão mais igualitária das relações sociais, das culturas indígenas no Mato Grosso, escancarando o incômodo, que a sociedade local oculta, em

reconhecer a presença e a continuidade destas últimas no estado. O Museu atende ao sempre numeroso e constante público escolar. Será capaz de sensibilizar as novas gerações para as dificuldades e as necessidades enfrentadas pelas sociedades indígenas em nosso país? Há consciência dos limites que as demandas da sociedade cuiabana e mato-grossense contêm. Elas respondem pela continuidade de algum formalismo nas exposições, pelo esforço no conhecimento da alteridade social, da estética e das coleções de cultura material indígenas.

Maria Fátima Roberto Machado entende que o futuro e a vitalidade do Museu Rondon residirão na sua capacidade de contribuir e de estimular políticas públicas voltadas aos povos indígenas de todo o Brasil, difundir suas expressões artísticas e culturais, rebater preconceitos e estereótipos, estabelecer parcerias com as diversas etnias, realização de debates e dinamização do estudo e divulgação das coleções. Uma agenda de trabalho bastante fecunda e que pode encetar a prática cotidiana da antropologia e da museologia na universidade com os espíritos que lhe deram vida há mais de quarenta anos.

O volume encerra nas páginas que compõem os Anexos. Ali estão dois saborosos depoimentos de ação intelectual e profissional na UFMT. São as entrevistas que a autora realizou para a pesquisa. A primeira, a da professora Edir Pina de Barros, uma das responsáveis pela reativação do Museu Rondon nos anos 1980, empenhada em despojá-lo do caráter colonialista e em conferir a ele finalidade pedagógica de ação e de educação com recurso ao acervo, músicas e fotografias. A outra entrevista é de Vitor Aurape Peruare, jornalista formado na UFMT, pertencente ao povo Bakairi, e que tem ativa participação nas atividades escolares que o Museu Rondon realiza em suas instalações e exposições.

A leitura deste livro nos comove com as vicissitudes enfrentadas pelos profissionais em nossas universidades públicas e nos alegra com a confiança e a esperança que ela representa, em muitas partes do Brasil, para um número bastante considerável de brasileiros.

Recebido em 29/11/2010

Aprovado em 29/11/2010